

EDUCAÇÃO DE ADULTOS, PERSPETIVAS E ASSOCIATIVISMO

Organizadores:
Armando Loureiro e Paulo Feliciano



Índice

Apresentação	7
Das Políticas às Práticas de Educação e Formação de Adultos: um espaço de reflexão, Armando Loureiro e Paulo Feliciano	8
I. O papel da APEFA	17
I.1 Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos - Aprendências	18
I.2 Uma década de intervenção e perseverança Intervenção do Presidente da Direção, no VII Seminário Nacional de Educação de Adultos, no dia 22 de outubro de 2021, em Esposende	24
II. O campo de políticas, a governação e as práticas: perspetivas	35
II.1 Educação de adultos: quanto mais larga e diversa, mais humana - Lúcio Lima	36
II.2 50 anos de tentativas de organização político-administrativa da Educação de Adultos em Portugal. Uma breve e desditosa narrativa - Alberto Melo	42

EDITOR:
APEFA - Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos

Organizadores:
Armando Loureiro e Paulo Feliciano

Concepção Gráfica:
NEAT DESIGN

Impressão:
DUOCOR, Artes Gráficas, Lda

Exemplares:
500 unidades

ISBN:
978-989-33-3570-3

Depósito Legal:
502894/22

II.3 Espaços de Cidadania, novo paradigma de intervenção e ação nos territórios. Armando Loureiro	62	IV. Testemunhos de um percurso	235
II.4 Os desafios de governança à consolidação do Sistema Nacional de Qualificações num contexto de aprendizagem ao longo da vida, Carmo Gomes	72	IV.1 Dez anos de atividade da APEFA, registos e memórias	236
II.5 O Fundo Social Europeu (FSE) ao serviço da educação e formação de adultos em Portugal - uma breve crónica, Joaquim Bernardo	80	IV.2 um primeiro esboço para o desenvolvimento da Educação de Adultos	242
II.6 Educação de Adultos e Associativismo: Um Caminho, Lurdes Prata Nico e Bravo Nico	98	IV.3 Proposta de organograma do Lugar de Projeto, APEFA 2012	252
II.7 Ofertas e modalidades de EFA: das políticas aos contextos, dos contextos às políticas	110	IV.4 Caminhos e diversidade territorial	
II.8 Literacia e outras competências básicas: pistas e modalidades para consolidar uma estratégia de ação	142	Intervenção Presidente da Direção da APEFA no Conselho Consultivo, na Universidade do Minho em 24 de fevereiro de 2017	254
II.9 Contributos para um modelo de formação de educadores e formadores de adultos enquanto agentes de transformação social - Luis Alcoforado	152	IV.5 Literacia, redes e parcerias com o compromisso de todos	262
III. Projetos que fazem a diferença	165	IV.6 Registos Imagéticos	274
III.1 Percursos de Cidadania, Alfabetização e Literacias	166		
Um projeto territorializado, solidário e inclusivo			
Maria Antónia Gonçalves			
III.2 Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora, Lurdes Pratas Nico e Bravo Nico	188		
III.3 Letras Prá Vida: Caminhos de Resiliência e Esperança	198		
Carla Patrão, Dina Soeiro, Sílvia Parreiral			
III.4 +LITERACIA, Equipa do Projecto + Literacia da ADEIMA	218		
Associação de Desenvolvimento de Matosinhos			

II.6

Educação de adultos e associativismo: um caminho

Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico *

1. A COORDENADA DE PARTIDA

Aprendemos em qualquer circunstância da nossa vida. Aprendemos na família, na escola, na profissão, na participação cívica e social, na prática desportiva, cultural ou recreativa, nas viagens, nas leituras, nas exposições, nos museus, nos espaços naturais e urbanos, na comunicação social e nas redes digitais. Na realidade, no nosso percurso vital, percorremos espaços e tempos institucionais muito diversos, nos quais ocorrem processos de aprendizagem, mais ou menos estruturados, nos quais construímos conhecimentos e competências que concorrem para a estruturação do nosso processo de desenvolvimento humano.

Somos um somatório muito singular do universo de episódios de aprendizagem que concretizamos em todos os contextos vitais e que se vão sedimentando, de forma pessoal, na nossa existência, num processo permanente que nos vai edificando, em cada dia. Uma construção humana complexa, rica e única, na qual os percursos

* Escola de Ciências Sociais e Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Universidade Popular Túlio Espanca, Universidade de Évora

escolares formais são, apenas, uma das dimensões a considerar. De facto, como refere Patrício (2004, p.13), “se tirássemos a cada um de nós o que aprendemos, até hoje, na rua, que ficava? Ficava, ainda muito, mas uma grandeza mutilada”.

Nesta, ampla, complexa e multidimensional, perspectiva da dimensão educacional que determina o desenvolvimento de cada pessoa, existem determinados contextos de vida que, pela sua natureza institucional e pelo seu âmbito organizacional, proporcionam ambientes de aprendizagem mais estruturados e com maior capacidade de determinar processos educativos mais estabilizados e instrumentais. As instituições da sociedade civil foram, são e serão – pela sua presença nas comunidades e pelo seu papel nas dinâmicas sociais e cívicas – espaços e tempos de educação com forte impacto em todos os que as dirigem e frequentam. Muitas destas instituições têm-se assumido como autênticas escolas fora da escola.

2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: A COORDENADA DA TRANSIÇÃO

O acesso dos adultos a percursos formais de educação e formação, em Portugal, é uma realidade que tem uma história muito marcada pelas ausências e pelos silêncios. O sistema educativo português – que, até ao início do século XXI, praticamente ignorou esta dimensão, no âmbito das políticas que desenhou e das práticas que promoveu e regulou – foi um fator de profunda exclusão para muitos milhões de portugueses que concretizaram os respetivos percursos aprendizagem e de desenvolvimento pessoal no exterior de qualquer escola.

Na realidade, apesar de alguns momentos em que o país se sobressaltou com as altas taxas de analfabetismo ou as fraquíssimas qualificações da maior parte da sua população ativa (Melo &

Benavente, 1978; Ministério da Educação, 1979; Pinto, Matos & Rothes, 1998) apenas com a fundação da ANEFA, em 1999, se assumiu, pela primeira vez, a necessidade de uma política mais ativa, inclusiva e promotora de oportunidades de acesso das pessoas adultas a contextos estruturados e formais de aprendizagem.

A política então desenhada e concretizada pela ANEFA revelou-se inovadora, pois considerou e valorizou, de forma clara e efetiva, as aprendizagens concretizadas no exterior dos espaços e tempos escolares e as instituições que as promoveram, através de uma abordagem que se baseou em duas ações simultâneas:

i) A promoção dos concursos S@ber+ proporcionou a oportunidade de desocultar uma pequena amostra dos milhares de instituições locais que, em todo o território nacional, desenvolviam o seu trabalho nas mais diversas áreas da vida das comunidades em que se localizavam. Um trabalho ancorado no desenvolvimento de projetos e atividades com uma forte dimensão educativa e uma ampla base de participação popular. Através dos vários concursos S@ber +, foi possível ter uma perceção mais clara da vitalidade educativa da sociedade civil, representada pela rede de associações das mais diversas naturezas e perfis que, atuando em diferentes áreas, se assumiram como contextos de educação daqueles/as que as frequentaram e as dirigiram. Uma rede de educação e de formação de base local, fortemente enraizada na identidade de cada comunidade, presente no quotidiano de muitas pessoas, ao longo das suas vidas e indutora, muitas vezes, de percursos profissionais que se edificaram no contexto dessa vida associativa.

ii) A definição e desenvolvimento de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências/RVCC, autêntico corredor que permitiu a valorização e migração dos conhecimentos e das competências construídos nos contextos não formais de educação para o registo formal escolar. Nesta abordagem de

base biográfica, assumiu-se, de forma clara e consequente, a relevância e o papel fundamentais dos contextos de aprendizagem presentes no quotidiano das pessoas. Com o desenvolvimento e concretização deste modelo, revelou-se o contributo educativo das instituições não escolares, em particular das que, em cada território e comunidade local, ofereciam oportunidades de participação e, consequentemente, de desenvolvimento de processos educativos diversificados. Uma análise de conteúdo às centenas de portefólios reflexivos individuais realizados, durante os processos de RVCC, proporcionaria, certamente, a mais rica cartografia das instituições não escolares, com forte potencial educativo existentes no nosso território.

Se já era conhecida a importância das instituições da rede associativa na participação cívica e social dos portugueses, com o trabalho desenvolvido pela ANEFA ficou evidente a existência de um sistema educativo paralelo ao sistema educativo oficial. Assente na dinâmica da sociedade civil e nas instituições que dela emergem, este sistema educativo paralelo revelou-se pela voz das pessoas, pelas evidências que gerou nos percursos de desenvolvimento pessoal e pela dinâmica educativa territorial e comunitária que gerou, numa história que será tão antiga quanto a existência de cada comunidade.

A verificação clara da existência de escolas fora da escola terá sido, eventualmente, um dos mais extraordinários resultados da nova política de educação e formação de adultos que foi desenvolvida através da ANEFA. Uma evidência que poderia ter sido muito útil no desenho de futuras políticas na área, mas que a realidade não veio a confirmar.

3. ASSOCIAÇÕES E EDUCAÇÃO: QUE ASSOCIAÇÃO?

Uma associação significa, quase sempre, um projeto em permanente construção. Um projeto caracterizado por uma variável transversal: a participação voluntária de todos os envolvidos, traduzida na disponibilidade de cada um em oferecer os seus tempo e trabalho, de forma livre e solidária, tendo em vista a concretização de objetivos comuns.

A participação ativa na atividade de uma associação é um exercício, ativo, de cidadania, através do qual se exercem alguns direitos e deveres importantes para as dimensões pessoal e coletiva. Um exercício que pressupõe a concretização de um processo educativo que garanta a construção de um conjunto específico de valores, conhecimentos e competências que são essenciais para a integração institucional e para a concretização da respetiva missão ou objeto social.

Qualquer que seja o nível de participação, o grau de envolvimento na instituição ou a natureza e escala do trabalho desenvolvido, a participação individual em qualquer associação pressupõe a construção de uma base axiológica, intelectual e comportamental específica e que decorre do perfil específico de cada instituição, da atividade que desenvolve e da respetiva inscrição social na comunidade e no território em que existe. Esta construção pressupõe, na generalidade dos casos, a preparação, construção e concretização de processos educativos para aqueles(as) que entram na instituição e que são assegurados por aqueles que pertencem há mais tempo à organização. Pensemos, por exemplo, o que se passa em algumas instituições mais comuns nas comunidades:

i) As associações musicais - a entrada de novos membros nas Bandas Filarmónicas ou em grupos musicais pressupõe um percurso de aprendizagem que, em muitos casos, é longo e muito

sequenciado, recheado de momentos de aprendizagem muito organizados e estruturados. A participação das pessoas, neste tipo de instituições, decorre durante toda a vida;

ii) As associações culturais revelam características equivalentes às anteriores. Os grupos populares de teatro amador são verdadeiras escolas de arte dramática, com uma organização e exigência muito evidentes;

iii) As associações desportivas promovem, igualmente, processos educativos estruturados que envolvem aspetos tão importantes para a formação humana, como a atividade física, a socialização e os valores.

A participação das pessoas nas instituições da sociedade civil é, pois, uma oportunidade de acesso a um percurso estruturado de aprendizagem que conduz à construção e manutenção de:

i) Valores e princípios, que diferindo de instituição para instituição, assumem, em todos os casos, uma importância determinante na identificação das pessoas com as instituições a que pertencem e com as atividades que estas desenvolvem. A participação voluntária e solidária é, por si só, um elemento estruturante desta construção axiológica proporcionada pela participação associativa;

ii) Conhecimentos que serão diferenciados, em função da natureza da instituição e da atividade desenvolvida, bem como do nível de envolvimento institucional e participação de cada um. No entanto, não poderá ocorrer participação sem que exista um portefólio de conhecimentos que permita, a cada um, a capacidade de concretizar essa mesma participação;

iii) Competências diversas, mas que assumem características transversais:

- a. Sociais e relacionais, uma vez que a essência do trabalho associativo é a concretização coletiva de uma determinada finalidade;
 - b. Comunicacionais, dado que o instrumento fundamental na construção da dinâmica associativa é o diálogo, a discussão e a construção dos compromissos;
 - c. De gestão de recursos (físicos, técnicos e financeiros) e de pessoas, pois as instituições associativas são geridas pelos seus membros próprios e sobrevivem da sua capacidade endógena de gerar recursos e de os gerirem de forma eficaz;
 - d. Identitárias, que decorrem da necessidade de preservar, valorizar e disponibilizar, às gerações mais novas, um dos principais patrimónios de cada comunidade: as suas associações.
- Nestes pressupostos, poderemos concluir que não existem associações que não tenham uma forte dimensão educativa que lhes garanta a sobrevivência de geração em geração, assegurando que todo o legado vai passando das gerações mais velhas para as mais novas, garantindo a preservação da identidade, através de um processo complexo que envolve o reconhecimento e valorização do vem de trás e a construção daquilo que está no futuro. Este é um dos mais complexos processos educativos existentes nas nossas sociedades e que só é garantido pela forte relação existente entre as associações e a educação que promovem, no âmbito da concretização das suas missões sociais.

4. ASSOCIAÇÕES E SISTEMA EDUCATIVO: UMA APROXIMAÇÃO INCLUSIVA?

As associações, enquanto instituições da sociedade civil e à semelhança do passado, continuarão a ser estruturantes no

quotidiano das comunidades e dos territórios, pelas oportunidades de participação cívica e social que oferecem às pessoas, em áreas vitais das suas vidas que concorrem para o exercício da sua cidadania e para a respetiva realização pessoal e social.

Neste contexto, uma grande parte dos processos educativos que muitas pessoas irão concretizar, nas respetivas trajetórias vitais, decorrerá em âmbito institucional e, em alguns casos, em mais do que uma instituição, facto que determina uma educação pluridimensional. Por outro lado, na grande generalidade das associações, os processos de participação institucional ocorrem em contextos intergeracionais, facto que determina que os processos educativos daí decorrentes se caracterizam por essa dimensão fundamental para uma socialização inclusiva e plural que promove o diálogo entre pessoas de diferentes idades, formações académicas e origens sociais e culturais. É nestes ambientes humanos que é possível promover o trabalho cooperativo entre diferentes gerações, gerar a osmose virtuosa entre os saberes académicos e científicos e os conhecimentos experienciais e a garantir a necessária partilha de elementos identitários que garantem a transmissão da cultura e património locais.

Nestas circunstâncias, a educação de adultos ganha novos contornos e assume-se como uma abordagem vital que integra o quotidiano das pessoas, numa dinâmica pessoal que integra e articula o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento comunitário e local, a solidariedade intergeracional e a preservação e valorização da identidade e cultura locais. Os contextos não formais de educação, que caracterizam os processos educativos promovidos pelas associações, assumem-se como a principal dimensão educativa de muitas pessoas e são determinantes para a definição do perfil pessoal e social de cada indivíduo. Em casos particulares, esta

realidade determina, inclusivamente, o perfil profissional de alguns indivíduos.

Neste perímetro do que foi e do que é a dimensão educativa da rede associativa existente em cada território, impõe-se uma questão: como articular esta educação não formal, intergeracional e de base popular presente na rede associativa, em cada território e comunidade, com a educação formal existente na rede de instituições escolares dos mesmos territórios e comunidades?

1. Parece-nos ser já limitada a abordagem de RVCC para articular estes dois universos. Na realidade, após duas décadas de existência, no contexto do sistema educativo português e dos bons serviços que prestou no âmbito da educação de adultos, o processo de RVCC apenas garante um canal de comunicação unidimensional entre a educação não formal e a educação formal, possibilitando que os resultados da primeira sejam considerados na segunda;

2. É necessário considerar uma abordagem ativa nos dois sentidos que garanta uma articulação mais profunda entre a educação formal e a educação não formal em cada território. Uma articulação que edifique uma relação cooperativa entre ambas as dimensões e que possibilite:

a) a presença e concretização de oportunidades de participação em contextos de educação não formal, nas instituições promotoras de educação formal, integradas nos planos de estudo destas e com relevância nos processos de aprendizagem e de avaliação. Na Universidade de Évora, temos promovido esta abordagem, através do projeto «Janelas Curriculares de Educação Popular na Universidade de Évora: para um conhecimento académico mais humanista e solidário» (Nico & Nico 2016). Noutro texto deste livro, apresentamos, em detalhe, este projeto. Algumas experiências desenvolvidas no âmbito

do modelo de Aprendizagem-Serviço também se têm revelado interessantes e com forte potencial nesta área;

b) a presença e concretização de oportunidades de participação em contextos de educação formal, nas instituições promotoras de educação não formal, integradas nos projetos e atividades destas e com relevância na concretização das respetivas missões sociais. O projeto «Janelas Curriculares de Educação Popular na Universidade» evidencia, também, esta possibilidade. A concretização de segmentos de aprendizagens formais em instituições associativas permite, por outro lado, um contexto real rico e consolidador dessas aprendizagens;

c) a construção, colaborativa, de processos educativos, envolvendo as instituições escolares e as associações, respondendo a necessidades e interesses pessoais e institucionais, aproveitando ambas as infraestruturas físicas, técnicas e humanas e garantindo que as aprendizagens realizadas são relevantes em ambas as dimensões envolvidas. Esta abordagem poderia garantir maior qualidade estrutural dos contextos não formais de aprendizagem e, concomitantemente, maior proximidade dos contextos formais de aprendizagem à realidade humana e social, conferindo-lhe maior instrumentalidade e significado. Neste contexto, o envolvimento da APEFA / Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos no desenho e concretização de uma política que envolva esta interação entre os contextos educativos formais e não formais poderá ser um elemento crítico, atendendo à coordenada específica desta associação no movimento associativo e ao papel relevante que tem desenvolvido no universo das políticas nacionais e locais de educação e formação dos adultos;

d) a construção de uma rede educativa territorializada inclusiva e diferenciada, integrando todo o universo de instituições

e garantindo a possibilidade de ser acedida e frequentada por todas as pessoas, de todas as idades, escolaridades e origens sociais e culturais. Neste quadro, as cartas educativas assumiriam um novo perímetro e uma nova geometria, alargando o seu âmbito a uma verdadeira educação permanente ao longo da vida, inclusiva e intergeracional.

5. A COORDENADA DE CHEGADA?

Nestas palavras finais, importa referir qual a coordenada da educação de adultos a que chegamos, com a nossa reflexão anterior. Num sistema educativo que considere o universo de instituições com potencial educativo, em cada território, a educação ganha um novo perímetro e uma nova geometria, a educação ganha um anterior, assumindo as seguintes características:

- i) É uma educação maior, mais diversa e mais plural;
- ii) É uma educação promovida por mais instituições que, em cada território, se devem articular na construção e disponibilização de uma rede educativa integrada e coerente;
- iii) É uma educação que considera mais saberes, na qual os conhecimentos académicos de base científica se podem articular com os saberes de dimensão popular e experiencial, garantindo que todos têm acesso a todos os saberes, sem prejuízo do papel fundamental do conhecimento científico e da imprescindível preservação e valorização da cultura local;
- iv) É uma educação que acontece através de diferentes didáticas: as escolares e as populares, que se podem articular e enriquecer mutuamente;
- v) É uma educação intergeracional, muito diferente da educação compartimentada que, hoje, ocorre;
- vi) É uma educação permanente, envolvendo todos os formatos, promovida por todas as instituições, disponível para todas as pessoas, em todos os seus ciclos vitais.

Neste modelo, a educação de adultos poderá assumir, definitivamente, uma coordenada estrutural, nos sistemas educativos e ficar mais resistente às intermitências políticas e sociais que tem sofrido, ao longo da sua atribulada história no sistema educativo português.

Referências Bibliográficas

- Ministério da Educação (1979). Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos (PNAEBA). Relatório de Síntese. Ministério da Educação. Direcção-Geral de Educação Permanente.
- Melo, A., & Benavente, A. (1978). Educação Popular em Portugal (1974-1976). Livros Horizonte.
- Nico, B., & Nico, L. (2016). Janelas Curriculares de Educação Popular na Universidade de Évora: para um conhecimento académico mais humanista e solidário. Edições Pedagogo e Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora.
- Patrício, M. (2004). Aprender na Escola do Alentejo. In Bravo Nico et al (Eds), *II Encontro Regional de Educação - Aprender no Alentejo* (pp. 13-16). Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.
- Pinto, J., Matos, L., & Rothes, L. (1998). Ensino recorrente: relatório de avaliação. Ministério da Educação.